



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0985/15	DATA: 23/06/2015	
LOCAL: São Luís/Maranhão	INÍCIO: 16h41min	TÉRMINO: 19h01min	PÁGINAS: 51
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			

WAGNER CABRAL DA COSTA - Representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

DIOGO DINIZ RIBEIRO CABRAL - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Maranhão — OAB/MA.

CÉSAR CASTRO LOPES - Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário do Maranhão.

MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Defensora-Geral do Estado do Maranhão.

PEDRO LINO SILVA CURVELO - Titular da 2ª Promotoria de Execuções Penais de São Luís, Estado do Maranhão.

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Mãe de Ronalton Silva Rabelo, preso desaparecido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

ALDIR DANTAS - Jornalista.

LIANA MARA FURTADO GOMES - Diretora de Comunicação do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário.

MARCO ANTÔNIO ALVES DA SILVA - Comandante-Geral da Polícia Militar.

WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual pelo Maranhão.

SUMÁRIO

Debate sobre a situação do sistema penitenciário no Estado do Maranhão, particularmente do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. COORDENADOR (Zé Inácio) - Boa tarde a todos e a todas.

Em nome da Assembleia Legislativa do Maranhão e em nome também da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, a qual tenho a honra de presidir, vamos iniciar a audiência pública, chamando para compor a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Federal Alberto Fraga, Deputado Federal do Distrito Federal e Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que ora realiza esta audiência na cidade de São Luís. *(Palmas.)*

Quero chamar também o Exmo. Sr. Deputado Federal Laudívio Carvalho, Deputado Federal do Estado de Minas Gerais *(palmas)*; quero chamar a Exma. Sra. Deputada Federal pelo Estado do Maranhão, Eliziane Gama *(palmas)*; e o Exmo. Sr. Deputado Federal Edmilson Rodrigues, do Estado do Pará. Deu-nos a honra da sua presença. *(Palmas.)*

Quero chamar também o Exmo. Sr. Deputado Federal Weverton Rocha *(palmas)*; o Exmo. Sr. Deputado Estadual Cabo Campos, que preside a Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa *(palmas)*; e o Exmo. Sr. Deputado Estadual Wellington do Curso. *(Palmas.)*

Quero chamar também, para fazer parte da Mesa, o Exmo. Sr. Murilo Andrade, Secretário de Justiça e Administração Penitenciária *(palmas)*; e o Exmo. Sr. Cel. Marco Antonio Alves da Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Maranhão. *(Palmas.)*

A presente audiência pública foi um requerimento aprovado na CPI federal da Deputada Eliziane Gama. O Deputado Alberto Fraga, que a preside, vai presidir os trabalhos a partir de agora. A presente audiência pública, e especificamente a Comissão Parlamentar de Inquérito, visa avaliar o sistema carcerário em todo o País, em todos os Estados brasileiros. Em alguns está havendo audiência pública semelhante à que está acontecendo aqui.

E eu acho que a visita que tivemos durante quase todo o dia de hoje, em Pedrinhas, vai somar-se a outras visitas, e aí eu tenho certeza de que esse relatório vai contribuir para o aperfeiçoamento do sistema carcerário brasileiro.

Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Federal Alberto Fraga, que vai dar continuidade e presidir esta audiência pública.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Zé Inácio, a quem eu cumprimento também por estar cedendo o espaço para que a gente possa fazer esta audiência.

Quero saudar o Exmo. Sr. Deputado Federal Laudívio Carvalho, que é o Vice-Presidente da Comissão, a Exma. Deputada Federal Eliziane Gama, o Exmo. Deputado Edmilson Rodrigues, do Estado do Pará, o Exmo. Sr. Deputado Federal Weverton Rocha, daqui do Maranhão, e o Exmo. Sr. Deputado Estadual Cabo Campos, que é o Presidente da Comissão de Segurança daqui da Assembleia Legislativa.

Cumprimento também o Exmo. Sr. Deputado Estadual Wellington do Curso e o Exmo. Sr. Murilo Andrade, Secretário de Justiça e Administração Penitenciária. Cumprimento ainda o Exmo. Sr. Coronel Marco Antonio Alves, Comandante-Geral da Polícia Militar.

Senhores, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro. Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos assuntos relacionados ao objeto de investigação da CPI, com a manifestação de vários expositores.

Faço questão de lembrar que esta audiência se deu por iniciativa da Deputada Eliziane Gama, cujo requerimento foi aprovado por unanimidade na CPI. Por isso estamos aqui.

Quero agradecer, de imediato, a gentileza de todas as autoridades que nos têm recebido. Isso é muito importante para todos nós. Estamos com uma dificuldade tremenda de levar adiante nosso trabalho, porque lamentavelmente fazemos os pedidos de informação para os Estados, mas os Estados se recusam a pelo menos mandar os dados necessários para que possamos fazer alguns levantamentos.

Concedo a palavra à autora do requerimento para que fosse realizada esta audiência pública, a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente Deputado Alberto Fraga, por seu intermédio quero cumprimentar os demais Deputados Federais presentes nesta audiência pública.



Cumprimento os Deputados Estaduais aqui presentes, Deputado Wellington do Curso, Deputado Zé Inácio e Deputado Cabo Campos. Não sei se há outro Deputado Estadual aqui presente.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Coronel Marco Antonio Alves da Silva, que é o Comandante-Geral da Polícia Militar no Estado do Maranhão.

Cumprimento também o Deputado Federal Laudivio Carvalho, que nos prestigia com sua presença no nosso Estado, o colega Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Estado do Pará, que também nos prestigia com sua presença, e o Deputado Federal Weverton Rocha.

Quero cumprimentar o Secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, a Defensoria Pública, representada pela Defensora-Geral do Estado, que daqui a pouco vai conversar conosco e nos trazer informações pertinentes e importantes, e todas as demais representações que estão presentes.

Sr. Presidente, fizemos o pedido para que a CPI viesse ao Estado do Maranhão motivados por uma solicitação que nos tem sido feita não apenas hoje, mas há aproximadamente 3 anos. Há um problema sério que não podemos admitir que aconteça dentro do sistema prisional. O cidadão brasileiro que infringe a lei precisa cumprir sua sentença, pagar por essa infração, mas ele não pode pagar com a vida, porque a vida é um direito básico do cidadão brasileiro.

O Estado do Maranhão viveu nos últimos anos uma situação inaceitável. A quantidade de mortes no sistema prisional no nosso Estado se equipara a uma pena de morte, embora não seja institucionalizada, Sr. Presidente, e em determinado momento, como Deputada Estadual presidindo a Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, eu tomei a decisão de fazer um registro das mortes, quase semanais, dentro do sistema prisional. Chegamos a mais de 60 mortes em 1 ano.

Dentre essas mortes ou fugas — porque não sabemos qual é a real situação —, nós tivemos o desaparecimento de um jovem que estava cumprindo a sua pena dentro do sistema prisional, chamado Ronalton. Recebemos nesta Casa a sua mãe, D. Conceição, que nos trouxe o relato de que ela lutou durante os últimos anos apenas para garantir poder chorar ou não a morte do seu filho. Se seu filho foi morto, ela pelo menos tem o direito de fazer um velório e lamentar pelo fato de a vida do seu filho ter sido ceifada. Na verdade, ela não sabe se ele morreu, se fugiu,



se foi assassinado. Segundo algumas informações que nos chegaram, ele teria sido assassinado, mutilado, e o corpo desapareceu sabe-se lá como, Sr. Presidente. Nós acompanhamos isso, fizemos a cobrança para que o inquérito fosse aberto, e foi aberto, mas infelizmente nenhuma conclusão desse inquérito aconteceu até o presente momento. D. Conceição está aqui, e daqui a pouquinho estará conversando conosco.

Esse é um caso emblemático apenas, Deputado Laudívio Carvalho, mas há muitos outros que nós acompanhamos nesta Casa. Infelizmente não conseguimos dar respostas aos familiares. Isso foi o que, do ponto mais prático e substancial, motivou-nos a pedir a vinda da CPI para acompanhar, dentro do sistema prisional, como está a situação no presente momento.

E podemos até fazer um comparativo, Sr. Presidente. Quero comprometer-me com esta Comissão a enviar os relatórios que a Comissão de Direitos Humanos produziu, quando fizemos várias visitas ao sistema prisional, para que se possa fazer um comparativo.

Cumprimos hoje pela manhã uma etapa da nossa missão no Estado, que foi a visita ao sistema prisional. Temos inclusive a possibilidade de fazer um encaminhamento para que se faça uma busca nos arredores do sistema prisional, porque há possibilidade de que os corpos daqueles internos que desapareceram estejam enterrados nessa área — não temos noção do lugar aonde eles foram. Esse seria, no meu entendimento, um encaminhamento que esta Comissão poderia fazer, tão logo ela estivesse sendo concluída, no dia 17.

Ouviremos agora os depoimentos e os relatos dos familiares, que falarão em sessão fechada, considerando o pânico natural que se tem quando se trata de crime, quando se trata do sistema prisional.

Quero agradecer ao Presidente, que de forma imediata acatou nosso pedido e o colocou também de forma imediata na ordem do dia, para que fosse aprovado e hoje nós estivéssemos aqui, no nosso Estado, cumprindo nosso papel como Parlamentares, como cidadãos que fazem a defesa dos direitos humanos.

Ao cumprimentar a OAB, que está aqui representada pelo Dr. Diogo e pela Jô, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, cumprimento também os demais órgãos de direitos humanos, os agentes penitenciários, que também estão



aqui, e os familiares de presos, que também estão presentes, para acompanhar esta sessão da CPI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

Eu queria propor um acordo para nossos colegas da Mesa: que deixássemos para falar após a oitava. Devido ao adiantado da hora — pedimos desculpa, mas não poderíamos deixar de ouvir o Governador —, vamos chamar as onze pessoas que estão aqui para serem ouvidas. Após as pessoas serem ouvidas, vamos abrir a palavra para os Parlamentares.

Em comum acordo, também foi decidido que, em virtude do tempo, concederemos 5 minutos para cada pessoa fazer sua exposição. Se houver necessidade, prorrogaremos, mas 5 minutos talvez sejam suficientes para a pessoa nos passar a mensagem que queremos ouvir.

Diante disso, vou solicitar a presença na tribuna do Sr. Wagner Cabral da Costa, que é representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

O SR. WAGNER CABRAL DA COSTA - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Alberto Fraga e da Deputada Eliziane Gama, autora do requerimento de visita da CPI ao Maranhão.

Eu montei uma pequena apresentação com alguns dados. Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar que a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos tem acompanhado e feito denúncia em relação à situação do sistema carcerário já há alguns anos, o que nos levou, juntamente com outras entidades, a denunciar o problema à Corte Interamericana de Direitos Humanos. A partir daí houve a condenação do Estado brasileiro e do Estado do Maranhão à adoção de uma série de medidas. Infelizmente, muitas delas até hoje não foram levadas adiante.

Todos esses relatórios de inspeções elaborados pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, pela Conectas e pela Justiça Global serão encaminhados também à CPI, para tomada de conhecimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de começar exatamente falando da distribuição atual, do que é o sistema de apenados no Maranhão. Esse é o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, que contabiliza no total um pouco mais de 10 mil



apenados no Maranhão, sendo 2.400 presos em regime aberto, 105 presos no sistema de APAC, 1.500 presos em regime de custódia em delegacias de polícia.

Eu chamo a atenção para esses dados porque se trata de uma quantidade alta, inclusive com várias mortes. Só este ano nós já temos quatro mortos em delegacias de polícia no interior do Maranhão. Em Caxias, em Timon, em Santa Helena e em Porto Franco foram mortos quatro presos em quatro delegacias de polícia, e também houve quatro mortes na Capital. No sistema prisional propriamente dito são 6 mil presos, divididos entre Capital e interior, 3.300 na Capital e 2.700 no interior. Então, essa é a distribuição atual.

Aí temos a evolução dos dados do sistema. O Mapa do Encarceramento no Brasil, que foi lançado há pouco tempo, tem os dados até 2013. Sempre há uma defasagem, infelizmente, em relação à publicação desses dados. No gráfico, a cor verde mostra a evolução do número de presos no sistema, e a laranja a evolução dos presos no sistema de custódia. Então, hoje nós temos 6 mil presos no sistema e 1.500 em delegacias de polícia, sob custódia da polícia. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar.

O segundo é a questão do dinheiro, que é um ponto importante que nós apresentamos o ano passado. Também vai ser encaminhada à CPI a revista *Catirina*, que foi uma publicação da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, com um dossiê sobre a violência no Maranhão. O primeiro artigo da revista intitula-se "*Pedrinhas S/A: o negócio da violência e a violência do negócio*". Uma das questões para a qual nós chamamos a atenção na revista publicada em dezembro do ano passado foi exatamente a evolução dos gastos com o sistema penitenciário, com o sistema prisional no Maranhão, e como isso se tornou uma imensa caixa-preta para o desvio de dinheiro público via mecanismos de terceirização que infelizmente ainda continuam ativos dentro do sistema.

Para os senhores terem ideia, em 2005, os gastos com o sistema foram de 3,8 milhões de reais. Em 2013, esses gastos pularam para 222 milhões de reais. Houve o aumento de 55 vezes, num espaço de menos de 10 anos. Esse patamar acima de 200 milhões é o atual, não está atualizado com os dados de 2014 e 2015, mas permanece esse mesmo patamar em termos de previsão. No entanto, mesmo aumentado em 55 vezes o gasto com o sistema, não houve qualquer melhora



substancial quer das condições de trabalho dos agentes penitenciários, quer das condições em que estão localizados os presos, quer da expansão do sistema, do número de vagas e tudo mais. Com tanto dinheiro gasto, qual foi o tipo de eficiência e tudo mais?

Uma das principais questões que nós apontamos é exatamente o problema da terceirização. Pegamos os gastos com a terceirização ao longo de 2011, 2012, 2013 e 2014, e os dados apontam, na terceirização e na precarização do trabalho, desde o fornecimento da alimentação para os presos até os contratos para quem vai cuidar do sistema, o aumento substancial de empresas — VTI Serviços, Masan Comercial, Gestor Serviços, Atlântica Segurança —, que continuam com contratos no atual Governo, ganhando milhões de reais ao longo desse período como um todo. No entanto, como disse há pouco, a qualidade do atendimento ao sistema continua absolutamente ineficiente, para falar de forma educada.

Da mesma maneira, a dispensa de licitação precisa ser revista. Já neste Governo nós temos vários casos de dispensa de licitação sem ainda uma motivação clara. Infelizmente, ainda estamos fazendo o levantamento deste ano, mas devemos publicá-lo no final de 2015, porque esse trabalho de monitoramento é feito cotidianamente por nós, com a ajuda da sociedade.

Outro aspecto que estamos trabalhando na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos é a questão da violência e da letalidade no sistema penitenciário. Isso está atualizado até 1º de junho. Ainda não temos os dados totais de junho, porque vão ser lançados no final do mês, eles somente serão lançados quando se completar o mês, mas até maio, nestes 5 primeiros meses do ano, nós os localizamos através da imprensa, e este é um importante elemento a destacar: não existem dados públicos e transparentes fornecidos pelo Governo do Estado do Maranhão relativos a qualquer questão concernente ao sistema penitenciário. Os dados que nós recolhemos são por meio da imprensa, das notícias que nos chegam pela imprensa. Às vezes sabemos de uma morte, como foi essa morte de Santa Helena, que aconteceu em fevereiro, mas nós só soubemos em maio. Por acaso, num *blog*, vimos a notícia etc. e tal. Não existe transparência. Esse é um problema muito sério. Portanto, o levantamento é sempre abaixo da realidade. Esse é um primeiro ponto.



Na Capital identificamos quatro mortes; no interior, quatro mortes em quatro delegacias. Situações de fuga: 17 casos este ano, sendo 53 foragidos. Denúncias de tortura: duas, e já existem novas realizadas neste mês. Há situações de porte ilegal de armas. Estão registrados dois motins, mas existe um terceiro, porque houve também um início de rebelião neste final de semana no Hospital Nina Rodrigues, que também abriga presos do sistema. Houve manifestação de familiares e tudo mais.

Uma questão que nos preocupa, e muito, é a maquiagem dos números. Os senhores tiveram oportunidade de conversar com o Governador do Estado, e toda a imprensa governista distribuiu um *release* que falava da diminuição do número de mortes, da diminuição do número de fugas etc. e tal. A primeira coisa que eu gostaria de destacar é a seguinte: não é possível dizer nem que aumentaram os casos de mortes, nem que diminuíram. Por quê? Porque não existem dados públicos transparentes, sujeitos ao controle social e, portanto, confiáveis. Sem isso, todo o discurso governista é pura e simples falácia e maquiagem. Nós temos repetido isso em todos os lugares, a todos os momentos.

E isso ocorre não somente com o novo Governo. Desde o Governo Roseana Sarney já apontamos as dificuldades imensas de encontrar informações, estatísticas confiáveis e transparentes do sistema de segurança pública do Estado do Maranhão. Por isso apresentamos, em fevereiro, ao Governo do Estado, tanto à Secretaria de Segurança quanto à Secretaria de Direitos Humanos, uma proposta de reformulação — que infelizmente não foi aceita, foi colocada na gaveta de algum burocrata do Governo — exatamente para criar um sistema de informações sobre violência no Maranhão que seja confiável, com dados atualizados, e que seja de fato possível verificar.

Só para fechar, voltando, aqui está o dado das mortes violentas, que é o único que é possível verificar publicamente no *site* da Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública utiliza uma metodologia inadequada, incorreta, que se baseia unicamente em casos de homicídio doloso, e divulga esse número como se fosse o número de mortes violentas na Capital.

Nós vamos comparar aí, utilizando a metodologia da Secretaria Nacional de Justiça, que é a metodologia que se vê ali, a diferença: em azul está o número oficial



do Governo do Maranhão de mortes violentas, que dá nos 5 primeiros meses 343 mortes; em vermelho, o nosso levantamento de mortes violentas: 444 — 101 mortes a mais, 22% a mais. Por quê? Porque nossa metodologia incorpora todos os casos de latrocínio, de lesões corporais seguidas de morte, todos os casos de morte decorrente de intervenção policial, os casos de desaparecimento, achada de ossadas. Enfim, há uma maquiagem que é preciso rever.

Não se trata de atribuir ao sistema de segurança má-fé, de afirmar que qualquer pessoa do sistema de segurança esteja diminuindo os números ou alguma coisa do gênero. Não! É uma metodologia errada, equivocada, e só nesse caso é possível apontar claramente o problema. Nos outros sequer é possível apontar um problema, porque não existem dados. Acho que este é um elemento importante também para se discutir, em relação à informação: não temos informações confiáveis do sistema de segurança pública do Estado do Maranhão, da Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária — SEJAP, em relação ao sistema prisional. Se diminuiu ou aumentou o número de mortes, não dá para dizer; se diminuiu ou aumentou o número de fugas, não dá para dizer, porque não temos. Tudo vai servir pura e simplesmente como propaganda do Governo.

Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Sr. Wagner. Suas informações são preciosas para que todos nós possamos depois fazer o questionamento. Agradeço.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Pedro Lino Silva Curvelo, Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual do Maranhão. Muito obrigado pela presença.

A segunda pessoa a ser ouvida é o Sr. Diogo Diniz Ribeiro Cabral, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhão.

Eu só pediria aos convidados que tentem ser o mais breve e sucinto possível para que possamos ouvir a todos. *(Pausa.)*

O SR. DIOGO DINIZ RIBEIRO CABRAL - Sr. Deputado Alberto Fraga, que preside esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada Eliziane Gama, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa, demais convidados, vou ser muito breve na minha fala. Vou consignar aquilo que foi objeto de intenso debate na Corte Interamericana de Direitos Humanos.



Em outubro de 2013, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão apresentaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos um pedido de medidas cautelares para que a República Federativa do Brasil proteja a vida e a integridade física das pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em 16 de dezembro de 2013, por meio da Medida Cautelar nº 367-13, aquela Corte determinou três pontos: que a República Federativa do Brasil *“adote as medidas necessárias e efetivas para evitar a perda de vidas e danos à integridade pessoal de todas as pessoas que se encontram privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas”*, que *“reduza de forma imediata o níveis de superlotação”* e que *“investigue os fatos que motivam a adoção destas medidas cautelares, evitando assim sua repetição”*.

Um dia após o lançamento dessa medida cautelar, em 17 de dezembro de 2013, três presos foram decapitados dentro do sistema, dentro o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Mais recentemente, em 14 de novembro de 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emite uma nova resolução no que tange às medidas provisórias a respeito do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e fixou seis pontos que merecem toda a nossa atenção:

“1. Requerer ao Estado brasileiro que adote, de forma imediata, todas as medidas que sejam necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal de todas as pessoas privadas de liberdade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, assim como de qualquer pessoa que se encontre neste estabelecimento, incluindo os agentes penitenciários, funcionários e visitantes.

2. Requerer ao Estado que mantenha os representantes dos beneficiários informados sobre as medidas adotadas para implementar a presente medida provisória.

3. Requerer ao Estado que informe à Corte Interamericana de Direitos Humanos a cada três meses,



contados a partir da notificação da presente Resolução, sobre as medidas provisórias adotadas em conformidade com esta decisão (...).”

Passados 7 meses dessa resolução, como bem consignou Wagner Cabral, já ocorreram, em Pedrinhas e no interior do Estado, oito mortes, e essas notícias ficam muito claras em jornais que circulam na Capital.

Eu queria destacar que a Comissão de Direitos Humanos da OAB, mensalmente, recebe dezenas de parentes de presos que têm relatado essa situação que foi presenciada hoje pelos Deputados que estiveram na Casa de Detenção — CADET e no Centro de Custódia de Presos de Justiça — CCPJ, e que evidencia severas e graves violações dos direitos humanos daquelas pessoas que estão privadas de liberdade.

De janeiro até junho, o que nós identificamos, como dados das coletas de depoimentos, é que os presos do complexo são constantemente torturados por agentes públicos, são submetidos a tiros de balas de borracha, a *spray* de pimenta, e as condições de saúdes são as mais precárias; há pessoas doentes que não têm sequer atendimento médico adequado e outras pessoas que reclamam de uma situação de doença e são jogadas nas celas, onde cumprem medidas disciplinares.

Nós temos uma situação em que se evidencia inclusive excesso de prazos, em que presos que já cumpriram parte de sua pena ainda se encontram encarcerados indevidamente, e nós temos situações em que mulheres apenas são torturadas, violentadas em sua intimidade, em sua dignidade. Então, parece que as medidas que a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que o Estado brasileiro cumprisse imediatamente não são cumpridas. O que nós temos hoje dentro do Complexo de Pedrinhas é um verdadeiro navio, como aqueles navios negreiros que transportavam os escravos que vieram para esta Nação.

Eu não sei quais encaminhamentos esta CPI vai tomar a respeito da situação prisional no Complexo de Pedrinhas, mas é necessária toda a atenção, porque há mais de 2 anos essas degradações, que essas violações severas vêm sendo cometidas e o Estado brasileiro e o Estado do Maranhão insistem em descumprir as determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos.



Eu queria deixar consignado que em 2014 e 2015 nós tivemos 25 mortes dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e nas prisões do interior do Maranhão. E se na Capital a situação se encontra como está, Deputado Zé Inácio, V.Exa. precisa ir às cadeias do interior, como Codó, Pinheiro ou outras cidades do Maranhão, onde a situação de degradação humana atinge um nível absurdo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Diogo. Dando sequência, convido o Sr. César Castro Lopes, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário do Maranhão.

O SR. CÉSAR CASTRO LOPES - Meu boa tarde a todos e a todas na pessoa do único negro que está à mesa, o Deputado Cabo Campos.

Como o nosso sociólogo Wagner Cabral já deu uma aula de estatística, nós vamos falar o que aconteceu na crise do sistema penitenciário nos anos 2013 e 2014 até hoje. Qual foi o acontecimento? Por que aconteceu a crise no sistema penitenciário? O principal problema da crise foi a superlotação. E por que aconteceu a superlotação? A Polícia Civil queria tirar todos os presos das delegacias. E o que aconteceu? Vocês se recordam quando começaram a quebrar aquelas delegacias, como 1º Distrito, Maiobão, Cidade Operária? Aquilo não foi rebelião; aquilo foi com um propósito. Agora, onde eles colocaram os presos, se quebraram as delegacias e não tinha onde colocá-los? Colocaram todos na Penitenciária de Pedrinhas. Quer dizer, nós não nos preparamos para trazer os presos das delegacias para o sistema penitenciário. Começou bem aí essa crise.

E o segundo momento da superlotação? Com os presos do interior e os da Capital, o que aconteceu? Com a superlotação de que eu acabei de falar, dos presos das delegacias no sistema penitenciário, como o interior não tinha unidades prisionais, vieram todos para a Capital, a maioria. Daí começou a crise, as facções, a criação de facções, o pessoal do interior com o da Capital. Quando chegava o pessoal do interior, o pessoal de São Luís, que hoje é o Bonde dos 40, humilhava, maltratava. Até quando chegaram um traficante, um peruano, e outro traficante chamado Saddam, que ainda está preso no sistema, e se reuniram com os presos do interior. *“Vamos unir as forças”*. Uniram as forças e começaram aquela guerra das facções; adotaram o nome de PCM, Primeiro Comando do Maranhão, que era



do interior. De lá para cá o Estado perdeu o comando, perdeu o controle da segurança pública do Estado do Maranhão.

Um segundo ponto: a ociosidade. Como se coloca em uma unidade prisional com capacidade para 400 presos, a CADET, 700 presos? E o preso não tem nada para fazer. Ficam todos eles ociosos, sem fazer nada. O que vai passar pela cabeça daquelas pessoas? Fazer besteira.

E o terceiro ponto: depois da superlotação e da ociosidade, veio a maldita terceirização, que acabou com tudo. Com a terceirização entrou a politicagem na segurança pública, entrou a politicagem dentro do sistema penitenciário. Começaram a colocar pessoas que não eram preparadas. Lá, antes de 2013, 2012, 2011, havia corrupção, em toda penitenciária tem corrupção. Qual a categoria que não tem corrupto? Qual? Mas lá a gente encontrava era um celular por unidade, e isso no mês; arma, de 5 em 5 anos, e olhe lá; e eram armas brancas. Hoje, não, Deputado. Celular é brincadeira, celular é graça. Está mais fácil você encontrar celulares lá na penitenciária do que na loja! E não é brincadeira, não, é a verdade. Uma vez, só de .40 nós pegamos quatro, em uma só unidade prisional.

Por que aconteceu isso? De quem é a culpa? A culpa é dos servidores, dos terceirizados que estão lá? Não, a culpa é do Estado! O Estado não deu condições para todos nós fazermos a tal da ressocialização, que é uma demagogia. As pessoas falam em ressocialização, e a gente pergunta: diga-me um que saiu ressocializado. Não porque eles não queiram; quando eles saem, é por conta própria, não é porque ninguém esteja fazendo algum trabalho lá, não. Nenhum saiu da penitenciária porque alguém estivesse fazendo algum trabalho com essa pessoa. Nenhum! Eles saíram porque nem todos que estão na penitenciária, Deputado, são bandidos, nem todos que estão na penitenciária são bandidos! Há pessoas que estão ali por acaso: encheu a cara de cachaça, embriagou-se, fez besteira, e nem sabe o porquê até hoje. Isso não vem ao caso.

Aonde nós queremos chegar? À terceirização. Aí começaram esses contratos malignos que o nosso sociólogo Wagner Cabral apontou aqui. A corrupção, Deputado, foi o ponto crucial dessa nossa crise no sistema penitenciário. Nunca houve tantos investimentos no sistema penitenciário do Maranhão como em 2013 e em 2014. Aí me perguntam: o que foi feito com a verba? O que foi, Deputado? O



que foi feito com a verba de 2013, 2014 do Maranhão? Foram milhões e milhões! Foi construído o quê? Quem me diz uma unidade prisional que foi construída? Eu digo: só o PSL 3, lá em São Luís, que hoje está caindo. E está caindo — não é porque eu votei no Governo atual, não! — por culpa do Governo passado. Fizeram tudo apressadamente. Era para fazer três presídios e fizeram um, para 483 vagas. E os presídios eram de 150 e 200 vagas, porque eram regionalizados.

Fugas, por que houve tanta fuga no Maranhão? Teve uma caçamba, Deputado, que invadiu o muro do CDP, área de segurança! Aí, o senhor me pergunta: cadê o monitoramento? Porque o Governo gastou 40 milhões para monitorar todas as unidades prisionais do Estado do Maranhão. Por que a gente não vê uma caçamba entrar, a gente não vê os presos saindo da cela e fugindo pelo muro, depois de derrubado? Ninguém sabe de nada, ninguém viu. E eu deixo este item aqui, esta sugestão: peça essa fita, veja se ela existe.

Serviço de inteligência, o que foi feito com o nosso serviço de inteligência do Estado do Maranhão? Porque a maioria de nós aqui tem o telefone grampeado, e não há um telefone de preso grampeado para saber o que estava sendo arquitetado lá dentro. O meu é grampeado direto, eu que sou trabalhador, eu tenho o meu telefone há 20 anos, e o dos presos ninguém grampeia! Eu sempre falo que o serviço de inteligência do Maranhão não é de inteligência, é de burrice, porque os presos lá são mais inteligentes do que o nosso serviço.

Eu também tenho uma crítica a fazer, uma crítica muito séria a fazer sobre as nossas entidades do movimento social nesse período de 2013 a 2014, principalmente a Pastoral Carcerária, que antes de 2013 fazia um belíssimo trabalho no sistema penitenciário, levando serviços beneficentes para os presos. Em 2013 parece que a Pastoral virou empregada da SEJAP. Eles se calaram! Não se viu uma entidade vindo para a imprensa que não fosse o nosso sindicato. Depois que nós denunciemos, que veio a comissão do Senado, a comissão dos Deputados Federais, o pessoal da OEA e da ONU aqui, foi que o pessoal começou a se movimentar, começou a aparecer, porque eu acho, Deputado, que há algo aqui no Maranhão chamado corporativismo do *status*. O corporativismo do *status* é assim: se você tem uma posição boa, a sociedade fecha o olho. Se fosse uma penitenciária,



naquela época, que fosse o gestor da secretaria, ele já estaria preso, sairia algemado, iria direto para a cadeia.

Aí vem outra pergunta: quem foi o responsável por essa corrupção dentro do sistema penitenciário, pelo desvio do dinheiro, por esses crimes que ocorreram no sistema penitenciário, por essas fugas? Há alguém punido? Ninguém! E eu fiz uma denúncia ao Ministério Público, eu pessoalmente mandei para a Ouvidoria. Vocês sabem o que eles me responderam? Que era para eu deixar o homem trabalhar, que ele era muito inteligente, que eu estava atrapalhando. Essa foi a resposta! E eu trouxe o papel para cá, infelizmente ele sumiu (*risos*), mas eu tenho isso no meu *e-mail*, posso mandar para a Comissão. No papel timbrado do Ministério Público, da Ouvidoria, a Ouvidoria me disse para eu deixá-lo trabalhar, que eu que estava atrapalhando! Eu dando sugestão, avisando o que ia acontecer, e ninguém nos ouviu.

Mas onde existem críticas tem de haver soluções. A solução é muito fácil. Hoje nós não podemos mais fazer presídio como nós fizemos agora esse último, o PSL 3, para 483 presos. Presídio hoje tem de ser para 150, 200, e isso regionalizado, se possível até nos Municípios. Por quê? Quando o preso está próximo dos seus familiares, ele tem outro comportamento. Observem onde há uma unidade prisional no Estado do Maranhão e vejam se existe esse tipo de rebelião, esse tipo de barbaridade. Até a corrupção é menor. Então, o que está faltando para colocar isso em prática, colocar a unidade prisional lá no Município, lá perto do cidadão que cometeu o crime? Eles vão querer fazer mais quatro unidades prisionais, uma de segurança máxima, de novo aqui. Vão fazer um novo complexo penitenciário de segurança máxima para no mínimo 400 pessoas!

E para encerrar, Deputado, do Governo passado cito o Secretário também, o Delegado Sebastião Uchôa, e eu não posso deixar de dizer o nome dele, porque ele massacrou a nossa categoria de agente do setor penitenciário, ele nos acusou de sermos nós os responsáveis pelas barbaridades, pela corrupção, pelas fugas. Tudo que não prestava no sistema penitenciário era culpa do agente penitenciário. E o que ele fez? Ele retirou todos os agentes penitenciários de dentro das unidades para dizer para a Governadora, se desse certo: *“Não avisei que eram eles? Vamos extinguir a categoria e vamos terceirizar tudo”*, porque a terceirização é que era o



grande negócio. Se tirassem o agente penitenciário, quem ia entrar para trabalhar eram os terceirizados! E quem ia ganhar com eles? Eram contratos milionários! O que aconteceu depois que os agentes penitenciários saíram das unidades? Aumentou a violência, aumentou tudo! Começaram a decepar as cabeças!

Então, Sr. Deputado, existe responsável pela crise do Estado do Maranhão, infelizmente. E infelizmente há alguém encobrindo-os. Até os nossos movimentos, até a nossa Pastoral. Eu também culpo um pouco o Ministério Público. Eu culpo o Ministério Público porque até hoje não saiu um culpado. Cadê o nosso Ministério Público? Eu, porque denunciei esse mesmo delegado, peguei 70 dias de suspensão, e depois peguei mais 70. Ele me ameaçou na frente do juiz. Fui à delegacia, dei parte, fui à Corregedoria da Polícia Civil, representei contra ele, e sabem o que aconteceu? Ele recorreu, o Ministério Público impetrou uma ação contra mim, e eu peguei 7 anos de condenação!

Escutem bem: eu que fui o ameaçado fui condenado!

O que eu fiz? Recorri. Quando isso chegou ao Tribunal de Justiça, ainda bem que ali tinha um Desembargador, um dos sérios que há lá, que é José Bernardo. Quando ele olhou o processo, disse: *“Só no Maranhão quem denuncia que é condenado. Só no Maranhão”*. E isso aconteceu.

Então, Deputado, a crise do Estado do Maranhão tem jeito: é colocar preso para trabalhar, é um curso profissionalizante. Eu sei que nós não temos aqui fora, mas o preso, quando está encarcerado lá, é responsabilidade do Estado. A partir do momento em que se colocar o preso para trabalhar, para aprender alguma profissão, eu tenho certeza absoluta de que 20%, 30% deles vão sair para cá para trabalhar, o que anteriormente acontecia. Sabem quem consertava, quem reformava o Centro Reviver? Eram presos. Nós levávamos para lá um monte de presos, isso há 20 anos. Aí me dizem assim: mas isso mudou. Não mudou nada! É que não se dá chance ao preso. Não mudou nada, Deputado, foi o Estado que ficou relaxado.

A culpa é dos gestores. O que eles fazem com o orçamento da Secretaria? É como Wagner disse: cadê a transparência? E se houver algum errinho penitenciário, Deputado, quando se investigar errado o corrupto, eu sou Vice-Presidente do Sindicato, meu nome é César Castro Lopes, meu CPF é 237.132.323-34, estou abrindo a minha conta bancária e o meu sigilo telefônico para quem quiser



investigar. Podem me investigar! Eu fui considerado o chefe da quadrilha da crise do sistema penitenciário do Estado do Maranhão, e o chefe da quadrilha está solto, cuidando de cachorro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, César. Eu queria que você, antes de deixar a tribuna, me dissesse quantos agentes penitenciários tem o Estado. Você sabe?

O SR. CÉSAR CASTRO LOPES - São 483.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - São 483?

O SR. CÉSAR CASTRO LOPES - Concursados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, os terceirizados são outra coisa.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor tem ideia dos terceirizados, quantos são?

O SR. CÉSAR CASTRO LOPES - Tenho. Terceirizados são aproximadamente 1.488, em geral. É porque temos monitores, temos várias empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Eu queria convidar a Dra. Mariana Albano de Almeida, Defensora Pública Geral do Estado do Maranhão.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Boa tarde a todos. Boa tarde aos Deputados. A Defensoria Pública agradece o convite. Muito mais do que o convite, sente-se obrigada a estar aqui, a acompanhar a comitiva.

No entanto, já informei que a Defensoria Pública está no Complexo Penitenciário de Pedrinhas através dos seus defensores aqui da Capital. A Defensoria tem um núcleo especializado de acompanhamento na Capital e mais 32 núcleos no Estado do Maranhão.

Aproveito o tempo para colocar os números da Defensoria. Somos 148 defensores públicos no Estado do Maranhão. O déficit na Defensoria está em 300 defensores, aproximadamente.

É lógico que o que se reporta é que quem está no presídio é quem não pode contratar as grandes bancas de advogados. A Defensoria Pública, por intermédio



dos seus abnegados defensores, está acompanhando essa população carcerária, que gira em torno de 6 mil pessoas, como hoje está sendo mostrado, um número ainda reduzido para toda essa capacidade, o que não demonstra incapacidade da Defensoria Pública como instituição, pela própria capacidade técnica e pela busca de levar esse serviço a toda a população.

Eu trago aqui os atendimentos da Defensoria Pública. Já estamos, neste ano, em aproximadamente 10 mil atendimentos à população carcerária. Estamos sempre dispostos a aperfeiçoar a instituição. Estamos aqui para ouvir os familiares. Nós defensores os acompanhamos hoje. Já estamos com o relatório de todos os presos que se manifestaram. Perante a Comissão, faço a entrega. Todos os presos estão aqui, os de que hoje pela manhã mencionaram os nomes. Vou fazer a entrega a todos, à Presidência da Comissão, de todos os nomes que hoje foram acompanhados pelos defensores, informando que, como Defensoria, ratificamos as falas anteriores tanto do Prof. Cabral quanto do advogado Diogo, no sentido de que a Defensoria se coloca, como instituição, na defesa da população mais carente deste Estado.

Oitenta por cento da população efetivamente necessitam dos serviços da instituição, não têm acesso à Justiça. A busca mesmo é de mais defensores públicos para este Estado tão carente. E o que nós sempre dizemos aos defensores públicos, quando tomam posse, é: temos de melhorar os índices do Maranhão. Então, todos os defensores hoje têm a grande missão de tentar melhorar a qualidade de vida deste povo, desta população tão carente. Acho que todas as instituições devem, sim, abrir a fala a esta população, a essa mãe, a esses familiares.

Colocamos a Defensoria à disposição. Abrimos as portas, estamos aqui para ouvir o que tem a população a dizer sobre a nossa instituição, e também, de maneira franca e objetiva, demonstramos os dados da Defensoria, os números da Defensoria, para ouvirmos essa população.

Agradecemos e solicitamos o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Doutora, antes de a senhora concluir, esses 10 mil atendimentos são feitos por mês ou por ano?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - São até agora, junho de 2015.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Até 2015?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Vou repassar aqui todos os dados. Estão aqui. Repasso aqui o atendimento do núcleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É a partir deste ano?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Até junho deste ano?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Até junho deste ano. É um defensor por unidade na Capital. São 11 defensores no Núcleo. Há um que hoje foi convocado para ser Corregedor-Geral do DEPEN, um defensor público do Estado do Maranhão. Então, são 10. Então, é um defensor por unidade. Já temos um *déficit* na Capital, e são 32 comarcas que têm defensor público. No Maranhão são 116 as comarcas. O *déficit* de defensores é de 75% das comarcas maranhenses. Então, 75% das comarcas não têm acesso à Justiça. Os que estão nas delegacias não estão sendo atendidos por um defensor público.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Doutora, só para tirar uma dúvida: a senhora disse que hoje são 148 defensores públicos no Estado, não é isso?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Correto.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - A senhora citou o número de 300. Seriam necessários mais 300, ou o número seria de 300 para ser o ideal?

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Mais 300. Nos termos da Emenda Constitucional nº 80, que foi aprovada há 1 ano, no último dia 5 fez 1 ano, num prazo de 8 anos os Estados deverão em cada unidade jurisdicional ter um defensor público.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Ou seja, seria em torno de 450.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Exatamente, 450 defensores públicos para o Estado do Maranhão, para atender à demanda.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O.k., doutora. Obrigado.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Então, agradeço mais uma vez. Coloco a instituição, como sua representante, à disposição dos movimentos sociais, dos sindicatos, da sociedade maranhense, no sentido de dizer que todas as instituições devem estar abertas. E a Defensoria está de portas abertas tanto para a



população quanto para os movimentos sociais, no sentido de estarmos colocando-nos de forma transparente para dizer o que a Defensoria tem feito e como tem feito.

Muito obrigada. Bom trabalho a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Nós é que agradecemos. Sabemos da importância do trabalho da Defensoria Pública em todo o País. Parabéns a senhora. Hoje tivemos a oportunidade de ouvir o Defensor Bruno. Estavam os dois lá, e percebíamos a forma carinhosa e preocupada como eles se deparavam com os problemas. Isso é muito importante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, pode vir fazer a entrega. Esse é o mesmo relatório do início do ano, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E os de hoje também?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DAVI DANIEL VERAS - É como se fosse um prontuário virtual. A Defensoria tem investido num parque tecnológico e criou uma ferramenta chamada de Sistema Integrado de Acompanhamento de Presos Provisórios e Definitivos — SIAPD. O que é essa ferramenta? Toda vez que um defensor público vai a uma unidade prisional, ele alimenta o sistema. Quando nós dizemos que a Defensoria Pública tem 10 mil atendimentos, pode-se clicar em um por um e ver qual foi a análise feita por cada defensor.

Então, nós temos não só o número, nós temos o inteiro teor das análises. Por exemplo, nós estávamos hoje de manhã nas unidades. Se nós pegarmos o nome do interno e jogarmos no sistema, vamos obter um histórico e ver quantos dias e quantas vezes aquele interno foi atendido. Então, no dia 5 de março ele foi atendido pelo Defensor Vinícius; em janeiro, foi atendido por outro defensor. Tudo está discriminado. Os senhores têm em mão os dados daqueles internos que foram atendidos, de todos eles, com exceção de cinco a seis que não estavam no sistema por terem advogado particular, ou por outra situação, mas todos eles têm alguma análise e o acompanhamento feito pela Defensoria Pública.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por favor, peço que se identifique ao microfone para que fique registrado pela Taquigrafia.

O SR. DAVI RAFAEL VERAS - Eu sou Davi Rafael Veras, Defensor Público. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado a vocês. Agradecemos à Defensoria Pública o trabalho

A sexta pessoa a ser ouvida é o Dr. Pedro Lino Silva Curvelo, Promotor do Ministério Público Estadual do Maranhão.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, o nobre Deputado Alberto Fraga, Presidente da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro, e os demais presentes.

É claro que alguém já disse anteriormente o que vou dizer, mas é sempre bom ratificar: o primeiro grande problema do sistema prisional maranhense é o fato de que o Estado criou a situação que ora se apresenta.

Quando eu digo que o Estado criou essa situação é porque foi mais cômodo trazer para a Capital São Luís todos os presos do interior, dos Municípios, para cumprir pena num local chamado Penitenciária de Pedrinhas. E como disse César Bombeiro, essa situação gerou um clima de insatisfação no pessoal do interior, que era de fato humilhado na penitenciária, e por conta disso eles acabaram se fortalecendo para criar um grupo de resistência aos presos da Capital. Aí é que eu digo que um grupo de baderneiros foi transformado em organização criminosa. Isso foi o próprio Estado que criou, porque deu a essas pessoas uma importância muito maior do que elas efetivamente tinham. E com isso o Estado começou a mandar essas pessoas para o presídio federal, onde passaram a ter pós-graduação e doutorado, e quando elas vinham para cá com esses ensinamentos colocavam em prática aquilo que traziam dos presídios federais. Esse foi talvez o pior dos problemas gerados por uma inaptidão do Estado ao tratar dessas questões.

A partir daí houve, evidentemente, uma depreciação da gerência do sistema. A gerência do sistema era muito amadora. Quando eu digo amadora é porque na verdade cada diretor do sistema, cada diretor de unidade era considerado o todo-poderoso, o detentor do conhecimento, o detentor da informação, o detentor de todos aqueles dados que havia, de tudo que acontecia no presídio, de maneira que



quando pediam informação para o diretor ele ia buscá-la na cabeça, não buscava no arquivo, não buscava em uma pasta, no computador, em lugar nenhum. Se ele saísse daquela unidade, também as informações iriam com ele. Aí não se pegaria mais nenhuma informação, não obstante ter sido adquirido um sistema de informações muito caro e complexo também. Se ele fosse alimentado de forma correta, com certeza todas as autoridades poderiam obter informações daquilo que acontecia.

No ano passado, quando houve a deflagração mesmo das rebeliões, foi decretada situação de emergência e foi chamada para cá a cúpula nacional, quando o Ministério da Justiça, quando muita gente veio para cá, para discutir o problema penitenciário, e viu-se a necessidade da construção de novas unidades prisionais, embora todo o mundo soubesse que dentro de 6 meses, que foi o prazo dado para essa construção, não seriam construídas as unidades em quantidade necessária para abrigar todo o pessoal.

O problema do sistema prisional é a falta de vagas e a mistura de presos. O preso provisório fica junto do preso sentenciado, o preso do regime semiaberto fica junto do preso de regime fechado. Então, não existe uma separação de presos. Tudo isso gera descontentamento, tudo isso gera, evidentemente, uma situação que acaba conduzindo para a prática de atos cruéis como os que nós vivenciamos aqui.

Dessa maneira, das unidades que foram colocadas para serem construídas, somente duas tiveram sua conclusão no período: o Presídio São Luís III e a Unidade Prisional de Coroatá. Todas as demais estão agora dependentes de um novo processo de licitação, porque o prazo emergencial já venceu e por conta disso não há mais condição de continuarem a construção, de maneira que algumas unidades estão em construção e outras sequer foram iniciadas, porque a população do local não aceitou a construção de presídios no Município.

Este é um problema que nós enfrentamos: existem vários Municípios que não aceitam a construção de unidades prisionais lá. Mas eu digo que isso também é fraqueza do Estado, porque existe uma questão que nós chamamos de necessidade pública, que pode ser invocada para desapropriar um determinado terreno para poder construir essas unidades.



Dessa maneira, não foram construídas as unidades, e nós estamos na mesma situação. Há unidades hoje na Capital com 130% além da capacidade de lotação. Eu não sei se os senhores visitaram a CCPJ lá de Pedrinhas, que tem 130% de excesso de presos. O Centro de Triagem está com 140% de excesso. Ele foi criado com a finalidade de receber o preso na entrada ao sistema e, a partir daí, fazer todo aquele protocolo junto com o serviço social, com pedagogos e psicólogos, para poder levantar a situação daquele preso e fazer o encaminhamento para a unidade onde efetivamente ele deve cumprir a pena. Hoje o pessoal está pacífico, aguentando. Agora, não se sabe até quando vai permanecer essa situação nos presídios, porque continua o acúmulo de gente, continua a superlotação. Daí, não se sabe efetivamente, como eu disse, até onde vamos chegar.

O Ministério Público aqui possui quatro Promotorias de Execução Penal; duas atuam diretamente junto ao juízo da 1ª Vara de Execução Penal, trabalhando com os presos sentenciados em regime semiaberto e regime fechado, e duas outras trabalham junto aos presos provisórios e também junto ao pessoal que cumpre pena em regime aberto, pena restritiva de direito, com livramento condicional e também prestação de serviços à comunidade.

Quanto à minha Promotoria especificamente, ela está trabalhando exatamente junto à 2ª Vara, que trata dos presos provisórios. Mas como nós não temos unidades específicas para abrigar os presos provisórios e há uma mistura muito grande de presos, nós acabamos atuando em todas as unidades prisionais.

É claro que nós da Promotoria de Execução Penal já levantamos muitos problemas e temos solicitado muitas providências. Nós já instauramos inquérito civil para apurar a falta ou a deficiência de agentes penitenciários no complexo. Nós intentamos ação civil pública que está em tramitação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital. O que me impressionou é que, em decorrência da situação, eu pensei até que o Estado fosse acolher a nossa pretensão de plano, já que havia a necessidade de se fazer uma adequação do plano de cargos e carreiras dos servidores penitenciários e aumentar o quadro de agentes penitenciários, porque o que existe não dá para cobrir a quantidade de unidades. Mas, para minha surpresa, o Estado acabou entrando com recurso contra a decisão que foi prolatada pelo juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Na semana passada eu apresentei a



contraminuta do recurso, e estamos aguardando para ver qual vai ser a decisão do Tribunal de Justiça com relação a isso.

Nós também já providenciamos a instauração de procedimentos administrativos diversos, inclusive de procedimentos investigatórios criminais, para apurar a fuga de presos. O que se via aqui, com essa quantidade toda de fugas de presos, é que não havia uma apuração para saber de quem é a responsabilidade por essas fugas, que tem de ser apurada, e por conta disso há quatro procedimentos investigatórios criminais para apurar essas fugas que têm acontecido. Inclusive a última se deu no Presídio São Luís III, que é a unidade mais nova, considerada uma unidade de segurança máxima. Mas três presos conseguiram fugir dali num primeiro momento, sendo que dois foram recapturados, um dos quais voltou a fugir da mesma unidade. Aí se pergunta: de qual segurança máxima é revestida essa unidade prisional?

Com base nisso, nós até recomendamos a adoção de algumas providências, como a construção de um muro ao redor do presídio, o que não existe, como também a colocação de monitoramento eletrônico. Se houvesse monitoramento eletrônico dentro da unidade, talvez isso tivesse impedido as fugas, apesar de que o monitoramento eletrônico não é a garantia nem a certeza de que se vão coibir todas as fugas do sistema.

A nossa atuação também tem-se cingido à questão da depuração dos presos provisórios. Nós verificamos que, com essa política de centralização dos presos na Capital, eles são encaminhados para cá enquanto o processo tramita na comarca de origem. E o que ocorre com isso? Há um esquecimento do preso aqui no presídio. Nós nos deparamos com a situação de pessoas que passam 8 meses, 10 meses, 12 meses, 15 meses presas enquanto o processo está em tramitação, sem sequer terem assistido a uma audiência junto ao juízo.

Numa situação dessas, nós pegamos a relação e fazemos o encaminhamento para as corregedorias da Defensoria Pública, a corregedoria do Judiciário e a corregedoria do Ministério Público, para que em cada uma dessas instituições atue diretamente cada um de seus membros, para ver se dá maior agilidade ao processo do preso. Se não for assim, ele vai acabar ficando eternamente no presídio, sem uma data para sequer ter resolvida sua situação.



Isso tem surtido efeito, porque, com base na nossa representação, eu tenho recebido relatórios da Defensoria que dão conta das providências tomadas. Também temos recebido do Judiciário as informações das providências que ele tem tomado junto aos juízes, para ver se é dada maior celeridade aos processos que estão em tramitação nas varas judiciais.

Para não me alongar mais, porque há ainda muita gente para falar, eu queria colocar a minha Promotoria de Justiça à disposição dos senhores para qualquer informação. Nós temos o inquérito civil, no qual apuramos as mortes ocorridas no sistema prisional de 2003 para cá, que não são poucas. Já estamos computando aproximadamente 280 mortes de lá para cá. É muita gente. Nós estamos já na fase de avaliação dos dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Desde quando?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Desde 2003. Também estamos com uma investigação acerca da representação feita pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a violação da dignidade das mulheres dos presos. Isso teve veiculação mundial via Internet, porque as mulheres de presos estavam sendo constrangidas a manter conjunção carnal com os presos, os chefes das organizações criminosas. Nós abrimos esse procedimento e hoje estamos apenas aguardando um advogado que era da OAB, ligado aos direitos humanos, para que ele preste informação sobre umas pessoas que foram procurar a Ordem para fazer a denúncia. O restante da instrução já está feita, e eu já tenho a minha conclusão acerca desses fatos. Nós esperamos poder contar com esse advogado o mais rapidamente possível, para concluirmos esse trabalho.

No mais, eu queria só colocar a minha Promotoria e o Ministério Público à disposição de cada um dos senhores. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, doutor. E dando continuidade, concedo a palavra ao Dr. Fernando Mendonça, Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais do Estado do Maranhão. (*Pausa.*) Não veio.

Concedo a palavra ao Dr. Murilo Andrade de Oliveira, Secretário da Justiça e da Administração Penitenciária, do Estado do Maranhão. (*Pausa.*) Foi embora.

Concedo a palavra ao Sr. Waldiney Duarte Reis, encarregado da Ala Psiquiátrica do Hospital Nina Rodrigues. (*Pausa.*) Não se encontra presente.



Concedo a palavra ao Delegado Roberto Larrat. *(Pausa.)* Também não se encontra presente.

Como penúltima oradora, nós vamos ouvir a D. Maria da Conceição Silva Rabelo, que é mãe de uma possível vítima de desaparecimento no sistema prisional.

D. Maria, a senhora pode ficar tranquila e pode dizer o que quiser. *(Pausa.)* A senhora pode dizer o seu nome e o que aconteceu com relação ao seu filho.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Meu nome é Maria da Conceição Silva Rabelo. Eu moro em Santa Inês. Meu filho estava preso em 2012. Aí, quando foi o dia 1º de abril de 2013, eu falei com ele. Então foi a última vez que eu falei com ele. Aí eu vim fazer uma visita no final de semana. Quando eu cheguei lá os agentes me disseram que não tinha visita. Aí eu voltei. Quando eu voltei, tornei a vir na outra semana. Quando eu cheguei lá, eles me disseram que eu só tinha visita daquele dia a 30 dias. Eu disse: *“Vixe, mas está demorando!”* Também aí voltei, não é? Aí fui procurar o meu advogado. Fui procurar meu advogado, e vim. Quando eu cheguei lá, o advogado entrou para falar lá, o diretor não estava, tinha saído. Mas não demorou e ele chegou. Aí ele disse que queria falar com ele. Disseram: *“Ele disse para você esperar um pouquinho que ele já vem”*. Aí demorou, e demorou, a gente ficou esperando, e ele saiu. Aí o rapaz veio dizer que ele já tinha saído para a Secretaria.

E a gente veio falar com o Dr. Sebastião Uchôa. Quando chegamos lá, ele me deu um castigo: eu cheguei lá às 11 horas, e quando ele veio me atender eram 3 horas da tarde. Aí, quando eu entrei, eu disse que tinha ido falar sobre o meu filho. Ele disse: *“Está bom, eu queria mesmo falar com a senhora”*. Aí ele disse: *“Olhe, o seu filho desapareceu da cadeia”*. Eu disse: *“Como foi que ele desapareceu, alguém sabe?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora sabe o nome dessa pessoa que atendeu a senhora?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Foi Sebastião Uchôa. Quem atendeu foi o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele é agente penitenciário, Sebastião?



A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não, foi o Secretário de lá que me falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Secretário de Administração?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Sim, de Administração. Aí ele disse: *“Tem de falar com ele lá, com Sebastião Uchôa”*. Aí nós fomos, quando a gente chegou lá eram 11 horas, e quando ele veio me despachar eram 3 horas da tarde. Eu fui com o advogado. Aí ele foi e disse: *“É, D. Maria da Conceição, eu queria muito falar com a senhora sobre o seu filho. Seu filho desapareceu da noite para o dia, evaporou!”* Eu digo: *“Mas como?”* *“Pois é, ele fugiu. Morrer ele não morreu, porque não há vestígio nenhum aqui. A gente fez tudo aqui, mas não encontrou nada. Então ele fugiu.”* Eu digo: *“Mas quem abriu as portas para ele?”* *“Pois é, ele fugiu, só o que eu tenho a lhe dizer é isso. E a senhora espere aí um resultado do que vai acontecer.”* Eu disse: *“Olhe, Dr. Sebastião, eu acho que estou sendo a primeira mãe que está vindo aqui atrás do seu filho. Eu acho que nenhuma teve essa coragem de ter vindo aqui falar com o senhor. Acho que eu fui a primeira. A primeira mãe que veio aqui atrás do filho acho que fui eu, porque acho que nenhuma teve a coragem de entrar aqui e subir para falar com o senhor.”*

Quando eu cheguei lá, havia até um padre para me consolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Um padre para me consolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Qual era o nome do padre?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Eu não sei. Tinha até um padre lá para me consolar. Eu sei disso porque ele disse que era um padre para me consolar, ele disse isso. E até hoje eu nunca tive uma resposta de ninguém, de nada, de nada, de nada. Até hoje eu nunca tive uma resposta de nada. E eu espero até hoje.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Qual foi a data do desaparecimento?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Dia 1º de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Em 2013 ela falou com ele.



A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Eu falei com ele às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora entrou com alguma ação contra o Estado?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não, porque eu nunca obtive nem o óbito. Nunca nem deram nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora não foi ouvida num inquérito?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Doutor, cadê o Ministério Público? O senhor poderia instaurar um processo com relação a esse desaparecimento. Não é possível?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Doutor, eu vou pedir que levem o microfone até aí, porque é importante a sua fala. *(Pausa.)*

Eu perguntei se o senhor poderia abrir um processo de investigação com relação a esse desaparecimento. O que é que o senhor estava respondendo?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Foi instaurado um procedimento investigatório para levantar a morte de Ronalton. Inclusive eu recebi a senhora na Promotoria. O primeiro contato dela foi comigo, na Promotoria, e nós acabamos fazendo o encaminhamento para a Promotoria que ia cuidar do caso, porque não se tratava da minha Promotoria. Foi instaurado efetivamente o procedimento, no qual foi feito o pedido de que se efetivasse a perícia no local. Inclusive foi escavada a cela onde supostamente teria ocorrido a morte do rapaz, bem como foram escavadas as imediações, mas não foi localizado nada.

Como havia um procedimento policial em andamento, o procedimento do Ministério Público ficou suspenso para aguardar a conclusão do inquérito policial. A última vez que eu vi esse procedimento ele estava nessa situação, ainda aguardando a conclusão do inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor poderia precisar a data? Essa última vez foi quando? Em 2014?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Foi em 2014.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Em 2014.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Foi em 2014, mais ou menos em setembro ou outubro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quando foi declarado o desaparecimento, é evidente que, além do inquérito do Ministério Público, foi instaurado um inquérito pela delegacia. Com relação ao tempo, esse inquérito tem que ser arquivado depois de 30 dias, não é? Ele teve continuação?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Ele não é necessariamente arquivado depois de 30 dias, porque pode haver a necessidade de novas diligências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - No caso, foi-se além dos 30 dias, com certeza, porque só o procedimento foi instaurado com 30 dias. O inquérito policial levou muito mais do que isso, porque se estava numa situação de não compreender o que teria acontecido no interior do presídio. Como é que uma pessoa pode desaparecer dentro de uma unidade prisional sem deixar vestígio? O pessoal da Promotoria foi para lá, com o médico e com o perito, procurando um vestígio sequer de sangue, mas não encontrou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E houve escavação dentro da cela, como o senhor disse?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Foi determinada a escavação pelo promotor que conduziu o trabalho. Até com aquela ideia de que, de repente, o chão foi escavado e foi coberto, para poder mascarar, ele determinou a escavação. Foi escavado, e foi verificado, mas pelo menos dentro da cela não foi escondido nenhum corpo. Acredita-se até que a morte do rapaz não se tenha dado dentro da cela, porque quando acontece um ato violento em que se venha a expelir sangue, mesmo que o local seja lavado, é possível com reagentes químicos detectar a presença de sangue ali. A perícia foi ao local e procurou vestígios de toda maneira, mas não encontrou.

Agora eu não posso dar mais detalhes além desses, porque efetivamente não atuei no procedimento investigatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Qual é o nome do promotor? Foi o senhor mesmo, ou foi outro o promotor que instaurou o procedimento?



O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Foi outro promotor, o Dr. Carlos Jorge Avelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu gostaria de saber se foram utilizados reagentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foram utilizados, ele disse que foram utilizados. Ele disse que foi feita a perícia.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - A perícia foi acionada no local pelo promotor, até com aquela ideia de que se o local houvesse sido lavado resistiria algum pigmento, ficaria algum resíduo que poderia aparecer com a aplicação de reagentes.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor saberia dizer se os presos que estavam na mesma cela que o filho dessa senhora foram ouvidos? O senhor saberia dizer se a oitiva foi colhida de forma oficial?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Eu não sei informar ao senhor, porque, repito, não participei do procedimento instaurado pelo outro colega, até porque é de outra promotoria e outra atividade.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Há condição de se pedir ao Ministério Público que esse inquérito seja revisto por vocês do Ministério Público? Há essa condição, para sabermos como as coisas estão andando?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor poderia fazer isso de forma oficial para esta Comissão?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - O senhor quer a cópia do inquérito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Nós vamos solicitar ao Ministério Público a reabertura ou a prorrogação desse inquérito, com relatórios sobre esse assunto. Mas vamos encaminhar o pedido oficialmente.

A Deputada Eliziane Gama quer fazer uma pergunta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Dr. Pedro Lino, me responda uma coisa referente ao prazo. Foi aberto o inquérito. O senhor tem noção, o senhor lembra, o senhor poderia informar quanto tempo teve de duração esse inquérito?



O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Não sei informar à senhora. Do inquérito, eu não tenho essa informação para lhe dar. Eu poderia fornecer pelo menos os dados do procedimento investigatório do Ministério Público, sem nenhum problema. Amanhã mesmo estarei na Promotoria e poderei fornecer.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Até a cópia do procedimento eu poderei pegar com o promotor respectivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu arrisco dizer, doutor, que o inquérito evidentemente não foi encerrado, porque sempre há uma prorrogação por 30 dias, mais 30 dias e mais 30 dias. Sempre que há necessidade de diligência, o delegado solicita prorrogação. O que nós tínhamos de fazer era solicitar o relatório tanto do Ministério Público como também da delegacia que foi encarregada desse caso.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Essa questão de investigação de inquéritos policiais e mortes violentas nos presídios é muito complicada. Eu digo isso porque, como disse aos senhores, instaurei inquérito para apurar as mortes de 2003 para cá. Dessas mortes que foram investigadas, pouco mais da metade foi efetivamente apurada, e talvez nem 20% chegaram à Justiça com autoria definida. Por quê?

Eu estava fazendo inspeção na CCPJ no dia em que mataram duas pessoas. Imediatamente nós tomamos a providência de separar os presos. Eu acompanhei a oitiva desses presos pelo delegado de polícia, e vi o quanto o pessoal é silente, o quanto os presos, os colegas de cela são silentes em relação aos fatos. É impressionante como eles chegam e dizem: "*Não, eu estava dormindo*". Todo o mundo disse que estava dormindo às 9 horas, em plena manhã, quando nós sabemos que não é verdade. Todo o mundo estava dormindo e ninguém sabia o que aconteceu.

Aliado a isso há o amadorismo, em muitas situações. Nós aprendemos, desde os bancos de faculdade, que quando se chega ao local do crime se tem que levantar todos os indícios, todo o material relacionado ao crime, para poder levá-lo para a perícia. Então, há muitas falhas. Isso foi objeto inclusive de recomendação, no sentido de que fosse cumprido o Código de Processo Penal com relação ao



momento da ocorrência de qualquer morte violenta dentro do presídio. A forma artesanal como se trabalhava acabava levando ao não esclarecimento do fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dr. Pedro, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Nós vamos depois manter contato.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Dr. Pedro, só uma informação: o senhor está em qual promotoria?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Eu estou na 2ª Promotoria de Execução Penal, a que trata da questão dos presos provisórios, de regime aberto e de penas restritivas de direito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Com a permissão do Presidente, eu só quero fazer mais uma pergunta: existe registro de outro caso semelhante ao de Ronalton?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse é o único caso?

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Esse é singular. Inclusive nós temos adotado, a partir do ano passado para cá, a sistemática de acompanhar os inquéritos policiais instaurados na delegacia de polícia para apurar esses fatos, com a cobrança sistemática acerca do andamento desses inquéritos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu acabei de receber aqui o seguinte expediente:

“Em atenção ao vosso expediente acima, informamos que 41 inquéritos foram instaurados e encaminhados para a Justiça, relacionados ao período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2014.”

Depois eu vou pedir que a assessoria analise isso aqui.

Dr. Pedro, muito obrigado.

O SR. PEDRO LINO SILVA CURVELO - Disponha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - D. Maria da Conceição, o que o seu sentimento de mãe diz que aconteceu? O que a senhora, dentro da sua simplicidade e humildade, acha que aconteceu?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Eu acho que mataram o meu filho. *(Choro.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Lá dentro do presídio?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Ele não está vivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É esse o seu sentimento?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - É esse o meu sentimento. E eu peço a vocês, porque não tenho... *(Choro.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora tenha a certeza de que nós vamos fazer de tudo para que pelo menos a Justiça dê uma resposta à senhora. A senhora tem esse direito.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - É o que quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora tem esse direito.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Eu gosto de criar filhos. E era ele que me ajudava. Ele não era essa pessoa que diziam. *(Choro.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele foi condenado a quantos anos, D. Maria?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não, ele não tinha sido condenado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele não tinha sido condenado?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Na segunda semana que eu vim aqui a Pedrinhas, eu vim com o alvará de soltura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Entendi. A senhora conseguiu o alvará de soltura.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Com a juíza. Eu tinha um advogado lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E quando a senhora foi lá não o achou mais.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Quando eu não achei mais ele, eu fiquei louca. Eu fiquei louca, quando esperei lá e ele não apareceu. Minha vontade foi só de morrer no meio daquela pista. *(Choro.)*

Eu tenho sofrido muito. E para terminar, eu estou com um problema de saúde sério. *(Choro.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Olhe, se a senhora não tiver um advogado, a senhora viu o trabalho da Defensoria Pública. Procure a Defensoria Pública, porque eles vão ajudar. O Estado é responsável pelo seu filho, pelo desaparecimento do seu filho. O Estado não vai curar a sua dor, mas no mínimo vai ter que lhe dar uma resposta, ou uma indenização. Enfim, isso não pode ficar como no tempo do faroeste.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Alguém some de dentro de um presídio, sob a custódia do Estado? É inadmissível, em pleno Século XXI, uma coisa como essa acontecer.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - É.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma manifestação, porque não falamos sobre a questão das mortes no presídio. Queremos colocar a Defensoria à disposição. Talvez com relação à morte presumida possamos analisar a questão, até com vistas à ação de indenização contra o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Refiro-me primeiramente à morte presumida, já que existem esses inquéritos. Talvez depois eles possam ser encaminhados à Defensoria, para que possamos fazer esse acompanhamento. À época do processo não havia um núcleo da Defensoria em Santa Inês, mas hoje existe.

Só quero registrar que a Defensoria obteve a informação de que no ano de 2013 houve 59 mortes dentro do presídio; no ano de 2014, 22 mortes; e em 2015, 3 mortes. Desse número, a Defensoria já entrou com 32 ações de indenização contra o Estado. Estão tramitando 32 ações de familiares dos detentos que perderam a vida dentro do sistema penitenciário. Todas estão em trâmite, sendo que a maioria ainda está no primeiro grau, na primeira instância, e não foram julgadas. Então, eu acho que é um dado importante. Muitas famílias têm medo de buscar a indenização. Todas as famílias são procuradas pela Defensoria, recebem uma carta, mas muitas têm receio de fazer essa ação.



Mas eu quero colocar a instituição, e talvez o Núcleo Psicossocial, à disposição para fazer o acompanhamento, e sobre a questão da morte presumida, se for o caso, para posterior indenização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Eu pediria à senhora, então, que depois procurasse a D. Maria da Conceição. Pela simplicidade dela, talvez não ela saiba chegar até vocês. Mas dê a informação a ela.

A SRA. MARIANA ALBANO DE ALMEIDA - Está bom.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria fazer só duas perguntas à D. Maria, Presidente, com a sua permissão. Para que possamos entender direito, D. Conceição, a única vez que a senhora falou, que a senhora foi chamada para ser ouvida, ou melhor, a única vez que a senhora falou com o delegado foi quando a senhora procurou Uchoa? Foi isso?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Foi.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora nunca foi chamada?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não, nunca fui chamada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, no inquérito, a senhora não foi ouvida por nenhum delegado?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse é um fato interessante, Presidente, que precisamos entender.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Quando eu saí lá de Uchoa, eu falei com o delegado. Eu fui lá. A mesma história ele me disse.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual foi o delegado com que a senhora falou depois? Roberto Larrat?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora falou com Roberto Larrat, na época?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Falei. Aí, ele disse que ele tinha fugido.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Foi Roberto Larrat que disse isso?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Hum, hum. Que tinha fugido. Ele não tinha morrido, não, tinha fugido.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora chegou a falar com Maércio Cutrim, que era diretor, na época, do...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não, não falei, não. Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A senhora não se lembra desse nome?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Não lembro, não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Depois disso, a senhora não foi mais procurada por ninguém?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RABELO - Por ninguém na minha vida, minha filha. Por ninguém, por ninguém! Ninguém me procurou. Nada, nada! Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O jornalista Aldir Dantas está aí?

O SR. ALDIR DANTAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É verdade que o senhor tem uma informação sobre esse...

O SR. ALDIR DANTAS - Esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Espere. O microfone, por favor.

D. Maria da Conceição, a senhora pode sentar no seu lugar. Muito obrigado, viu? Vamos fazer de tudo para a senhora obter uma resposta.

O SR. ALDIR DANTAS - Sr. Presidente, o caso da morte desse rapaz, do desaparecimento de Ronalton, eu acompanhei desde o começo. Inclusive a coisa só teve uma repercussão maior a partir do momento em que a Deputada Eliziane Gama, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias aqui na Assembleia, tomou a frente, porque o caso já estava sendo arrumado para ser esquecido.

O Delegado Sebastião Uchoa declarou à *TV Mirante* que ele havia fugido, com fuga facilitada. Se ele afirmou isso nessa época, ele deveria ter essa informação. Este é um questionamento sério, grave, que precisa ser apurado, por todos os fatos que já foram relatados aqui. Eu acompanhei essas questões,



Deputado. Essa foi a coisa mais deprimente. Essas barbáries no Maranhão mancharam a dignidade do povo maranhense, e não podem ficar na impunidade essas pessoas que manipulavam o sistema carcerário aqui no Maranhão. A partir do Governo do Estado, Secretário, por tudo, elas têm de ser responsabilizadas também, e não só pela gestão precária, deficiente. O Poder Judiciário, o Ministério Público, todos tiveram parte nisso aqui.

Isso é de causar indignação nas pessoas, porque a banalização da vida aconteceu devido à omissão do Poder Público, a banalização da vida que se constata dentro desse sistema penitenciário. Lamentavelmente, foi isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem. Bom, diante dessa conclusão, eu acho que a Comissão vai ter de chamar, de convocar esse delegado para ir a Brasília prestar esses esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não há como falar do delegado, autoridade policial, sem ouvi-lo, sem ter... A CPI todo o mundo sabe a força que tem na apuração. Então, nós vamos depois deliberar internamente com relação a esse nome.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, uma informação para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Chega aqui a nós a notícia de que duas pessoas, uma delas um ex-servidor, têm informações. Ele relata que tem informações reais sobre o caso Ronalton, ele que era servidor lá na Secretaria de Administração Penitenciária, mas pede total reserva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Na reunião fechada?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele gostaria de conversar mais na reunião fechada conosco, daqui a pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Certo. Então, vamos aguardar para fazer essa reunião daqui a pouco.

Chega-nos aqui a informação de que a Sra. Liana Furtado, que é Diretora de Comunicação do Sindicato, tem alguns documentos de denúncias para nós. A



senhora poderia dirigir-se até aqui para nos fornecer esses documentos? É essa sacola toda? *(Risos.)*

A SRA. LIANA MARA FURTADO GOMES - Sr. Presidente, eu sou diretora de comunicação do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário. Diante de tantas coisas que aconteceram no sistema, nós servidores fomos chamados de bandidos durante 2 anos consecutivamente. A imprensa do nosso Estado nos criminalizou de tal forma que se em algum momento alguma coisa fosse provada, diante de tudo que foi dito, deveriam tirar todos os presos do sistema, dar liberdade a eles e nos colocar, nós servidores, lá dentro, porque todos, de forma generalizada, fomos criminalizados.

Eu inclusive fui chamada de bandida por ter entregue, segundo a denúncia, um celular para um preso. Eu estaria incitando a criminalidade no sistema penitenciário nas conversas com esse preso. O inquérito está arquivado, o Ministério Público pediu o arquivamento dessa ação, porque não houve provas. Na verdade, as provas foram dirigidas à ex-diretora da unidade, Josiane Furtado, que me acusou, e seu encarregado de segurança na época, Willian Russel. Nos depoimentos, o preso disse que recebeu esses aparelhos celulares dessas duas pessoas, mas, como era de interesse do Secretário Sebastião Uchoa que eu fosse acusada, que eu fosse realmente considerada a criminosa do sistema, esse delegado que apurou o caso não indiciou ninguém. Como a indiciada teria de ser eu e não houve provas contra mim, ninguém mais foi indiciado.

Aqui estou entregando para os senhores, porque nós queremos que sejam apuradas, as denúncias de corrupção no sistema penitenciário, contratos, documentos que provam que nós tivemos uma administração corrupta, que lesou os cofres do nosso Estado, de forma que se a situação do sistema penitenciário hoje está do jeito como está é porque o Governo Federal mandou recursos que não foram fiscalizados de forma adequada. Aqui está a prova, para os senhores colocarem na cadeia os verdadeiros bandidos do sistema penitenciário no Estado do Maranhão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Esses documentos são públicos ou são reservados?

A SRA. LIANA MARA FURTADO GOMES - À vontade, fique à vontade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está bem. Muito obrigado.

Para encerrar nossa reunião, antes de fazer a reunião fechada com duas ou três pessoas, porque é um assunto que não pode ser divulgado, eu vou passar a palavra, e vou pedir paciência por 5 minutos, ao Comandante-Geral da Polícia Militar, que é o executor, o operador de segurança pública que pode dizer-nos alguma coisa.

Coronel Alves, V.Sa. tem a palavra.

O SR. MARCO ANTÔNIO ALVES DA SILVA - Deputado Fraga, na pessoa de quem nós queremos cumprimentar todos os Parlamentares, Deputada Eliziane Gama, senhores que nos acompanham nesta audiência, eu quero, primeiramente, parabenizar pela iniciativa aqui, de forma muito clara, a Deputada que integra a Comissão, no sentido de reconhecer que esse trabalho é importante.

É importante porque a Comissão vem para o Estado do Maranhão não somente para tornar claras algumas coisas, e não são poucas, que no passado, sobretudo, trouxeram muito dessoro, mas também para trazer de forma muito clara aquilo que é pensado pelos Parlamentares que integram esta Comissão como forma de prover respostas, como prova de prover melhoras e empreendimentos para aquilo que entendemos ser necessário no sistema penitenciário.

Na qualidade de Comandante-Geral da Polícia Militar, no tocante àquilo que cabe à Polícia Militar, que é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, notadamente voltada para a questão do presídio, do sistema penitenciário, Complexo de Pedrinhas, no interior do Estado, a corporação tem prestado aquilo que pode prestar, como instituição de segurança, como provedora, como mantenedora da ordem, no que diz respeito ao policiamento ostensivo.

Lembro muito bem que no final de 2013 nós tivemos, César Bombeiro foi muito claro aqui, talvez a explosão daquilo que viria se apresentar no decorrer do ano de 2014, muitos problemas, entre o final de dezembro de 2013 e o início de 2014, e lembro muito bem, porque assumi o Comando de Policiamento Metropolitano da Capital e tivemos de fazer um esforço, um esforço muito grande, entendendo que era necessária a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo, mas nesse momento chamada, convocada pelo Governo do Estado para que pudéssemos, assim, somar força dentro dos presídios de forma muito clara, do



Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em decorrência do clima, da tensão, daquilo que estava acontecendo.

Desde o início afirmamos, como oficial do alto escalão da Polícia Militar, que não era função da corporação estar atuando ali, internamente. Nós assumimos, Deputado, quase todas as unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, somando-nos assim ao trabalho que ali já era desenvolvido pelos agentes penitenciários, pelos monitores das empresas terceirizadas. Passamos inclusive a assumir as próprias revistas, que deveriam, é claro, ser feitas pelos agentes penitenciários, mas passaram a ser feitas por policiais militares, entendendo-se que o motivo, que a tônica era diferente, e isso se alongou durante todo o ano.

Nós estamos ainda com pouco mais de 90 policiais militares internos, continuando assim nas unidades do Complexo Penitenciário para dar suporte àquilo que tem sido desenvolvido. Se nós compararmos os números — eu não tenho procuração para falar em nome do Secretário do Sistema Penitenciário — de mortes dos anos anteriores, nós vamos observar que há uma redução significativa. Eu não estou querendo comprovar ou dizer que acertamos, mas todos os esforços estão sendo feitos, estão sendo empreendidos para que essas mortes e os problemas que vivemos em anos anteriores, sobretudo em 2013 e 2014, sejam superados.

O Governo do Estado entende que de fato nós temos uma urgência, a urgência de dar resposta, a urgência de prover os meios necessários, a urgência de trabalhar com a tônica de mudar, de remodelar aquilo que não deu certo num passado bem próximo. No presente é preciso, portanto, avançar. Continuamos no sistema penitenciário como Polícia Militar não somente na parte interna, porque, como já disse, nós assumimos quase todas as unidades, mas também com o sistema de policiamento na parte externa. O batalhão de choque e a Companhia de Operações Especiais todas as noites patrulham a parte externa do Complexo Penitenciário. Isso tem sido feito de forma muito clara desde o ano de 2013, quando nós tivemos os primeiros problemas, que eclodiram em queima de ônibus, atentados a postos da Polícia Militar e muitas outras coisas que nós vivenciamos de forma muito clara aqui no Estado do Maranhão, na Capital maranhense.

Então, a minha fala é nesse sentido, em relação ao cumprimento daquilo que tem sido colocado sobre os nossos ombros como responsabilidade, com muita



clareza daquilo que vivemos, porque de fato não é nossa função fazer o que fazemos hoje. Nós gostaríamos de ter esse efetivo que temos hoje internamente no Complexo Penitenciário nas ruas, no policiamento ostensivo, na vigilância, trabalhando, portanto, fortemente para debelar o crime e a violência na nossa Capital e no interior do Estado, levando em conta que muitos dos policiais que desempenham essa função foram convocados do interior do Estado para somar forças, entendendo-se que era necessário dar esse suporte nesse momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Coronel. Nós sabemos do esforço que foi feito, e entendemos, embora, como disse o senhor mesmo, a missão constitucional da Polícia Militar não seja essa.

Deputado Wellington do Curso, V.Exa. tem a palavra, para caminharmos para o encerramento dos trabalhos.

O SR. WELLINGTON DO CURSO - Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa do Presidente da Comissão, da CPI, o Deputado Alberto Fraga.

Deputada Eliziane Gama, autora do requerimento da visita da Comissão ao Estado do Maranhão, quero parabenizá-la pela iniciativa. Não nos causa estranheza, pela forma como a Deputada Eliziane Gama, durante dois mandatos, esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, e muito nos orgulha também o trabalho que vem realizando na Câmara dos Deputados. Estamos presentes na Mesa tanto eu, que sou o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quanto o Deputado Zé Inácio, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Estivemos acompanhando a Comissão na visita ao presídio, a Pedrinhas. Foi a minha terceira visita à penitenciária de Pedrinhas. É estarrecedor chegar àquele local, é como se se remontasse à pré-história, ou ao período medieval, Prof. Wagner, historiador, professor. Prof. Wagner, são cenas horrendas. É como se estivéssemos na era medieval. Ali estão as pessoas degradadas da sociedade, e não existe recuperação, não existe ressocialização. Estão em condições sub-humanas, e poucos têm feito alguma coisa para ajudar a amenizar aquela dor, aquele sofrimento.



Aproveito a oportunidade para parabenizar, pela forma destemida como têm atuado, o Ministério Público do Maranhão e principalmente a Defensoria Pública do Estado. Hoje estivemos acompanhando o trabalho do Dr. Bruno e do Dr. Davi, um trabalho bem próximo. Ressalto a forma carinhosa, a forma atenciosa como os senhores têm realizado o trabalho.

Ouvimos também o pronunciamento da Defensora Pública Geral, Dra. Mariana. Nós temos um mandato também em favor da Defensoria Pública. Nós temos um carinho, um respeito, um apreço pela Defensoria Pública. Inclusive fizemos uma emenda à Constituição Estadual solicitando que fosse respeitado e também aumentado o número de defensores públicos no Estado do Maranhão, para que possam continuar prestando esse belíssimo trabalho à sociedade. Então, deixo aqui o reconhecimento da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, do Parlamento estadual, pelo trabalho que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão vem realizando em defesa dos menos favorecidos.

A D. Maria Conceição coloco, como já foi colocada à disposição a Defensoria Pública do Estado, não só a assessoria jurídica da Comissão de Direitos Humanos como as nossas assessorias particulares, tanto a do Deputado Zé Inácio como a minha, à disposição da senhora.

Sr. Presidente, é estarrecedor receber a CPI do Sistema Carcerário no Estado do Maranhão e deparar com o sumiço de uma pessoa, sem nem haver informação sobre o paradeiro dela. E talvez as lamentações, o testemunho emocionado de uma mãe, uma pessoa simples da sociedade, ficassem por isso mesmo. Nós encontramos penitenciárias superlotadas e presos misturados, sem atenção básica de saúde, sem atendimento nenhum. Esse é o retrato que vocês levam do Estado do Maranhão.

Acredito que aqui não seja diferente de outros Estados, mas precisamos fazer alguma coisa. Espero a CPI não seja simplesmente para apontar as falhas, mas que sirva também para apontar caminhos, apontar soluções. Nós não podemos calar-nos diante das arbitrariedades, das mazelas da sociedade. E nós temos um papel fundamental, nós temos um papel de suma importância.

Espero que esta discussão possa permear também o Parlamento estadual, que possa envolver mais Parlamentares e que dela a sociedade também possa



participar. É muito fácil criticar os militantes dos direitos humanos. É muito fácil fazer crítica pela crítica, sem dar atenção ao que é básico: a vida, a dignidade humana. Então, quero parabenizar todos da CPI. Obrigado por terem acatado o requerimento. Nós do Parlamento estadual nos colocamos à disposição para a coleta de mais informações, para que possamos contribuir para a CPI do Sistema Carcerário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado. Eu quero que se juntem aos autos da CPI os documentos que foram entregues pela Sra. Liana Furtado, e que constem, então, desta reunião.

E, dando continuidade à reunião, vamos ouvir o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Zé Inácio.

O SR. ZÉ INÁCIO - Deputado Alberto Fraga, mais uma vez eu quero parabenizar não só a Deputada Eliziane Gama pela iniciativa do requerimento, mas também todos os membros da CPI que se fazem presentes, além do Deputado Weverton Rocha, que se ausentou, e os demais Deputados que estão acompanhando os trabalhos da CPI.

Quero dizer que não foi a primeira vez que tanto a Comissão de Direitos Humanos como também uma CPI tratando do mesmo tema foram a Pedrinhas. Mas com certeza a ida da CPI no dia de hoje contribuirá, com o relatório que produzirá, para as providências que já estão sendo tomadas, ouvindo as pessoas que falaram aqui e as pessoas que ainda serão ouvidas, pelo encaminhamento que V.Exa. faz neste momento. Eu tenho certeza de que a situação que vimos hoje no Maranhão não é diferente da situação da maioria dos presídios em outros Estados, mas o relatório da CPI vai contribuir de tal forma que as nossas autoridades constituídas, tanto do Poder Executivo, do Poder Legislativo, no Congresso Nacional, como também do Poder Judiciário, poderão tomar medidas para que o sistema carcerário no País seja visto com outros olhos.

Não podemos mais considerar o sistema carcerário como se ele fosse o substituto das masmorras da época da Idade Média. Nós conversávamos sobre isso ainda lá na Penitenciária, pelas condições que presenciamos nas celas. O advogado Diogo estava lá no momento em que nós visitamos os Setores B e C lá de Pedrinhas, salvo engano, onde a situação é extremamente degradante. Eles estão



na escuridão, como em verdadeiras masmorras. Não têm água encanada. Havia ali mais ou menos vinte garrafas PETs de água, para que os presos pudessem passar uns 3 ou 4 dias bebendo, e os sanitários, onde tomam banho ou fazem as necessidades fisiológicas, que ficam dentro das celas, estão na pior situação possível.

Ou seja, o Estado que tem o direito constitucional de punir é o mesmo Estado que tem o dever de fazer com que o cidadão tenha as suas garantias constitucionais respeitadas. Então, quando nós fazemos uma visita como essa, não estamos pregando a impunidade. Pelo contrário, nós queremos que as pessoas que cometeram os crimes respondam e paguem com o rigor da lei pelos crimes que cometeram, mas as garantias constitucionais, as garantias das legislações do nosso País e das convenções e tratados internacionais de que ele é signatário têm de ser respeitadas.

A estrutura do sistema falido tem, eu diria, um tripé, que está na questão estrutural dos presídios, de competência sobretudo do Executivo, Federal e Estadual, como também do Poder Judiciário, que não dá resposta aos processos que passam anos e anos para ser apreciados. Nós ouvimos o depoimento de presos provisórios que estão lá em Pedrinhas há mais de 2 anos, esperando uma decisão judicial, uma sentença condenatória. Alguns que já cumpriram parte da pena e teriam direito à progressão do regime também não têm atendimento por parte de um advogado. Aí entra o papel importantíssimo da Defensoria Pública do Estado, que precisa também ser estruturada. Não podemos contar só com a boa vontade de alguns defensores, como os dois que nos acompanharam hoje ao presídio. Nós precisamos ter uma estrutura de Defensoria Pública que de fato funcione, pois, como a senhora acabou de dizer, ela precisa de pelo menos mais 300 defensores.

Para encerrar, há algo que preciso também registrar, a partir das falas de vários dos que nos antecederam e deram o depoimento. O próprio César Bombeiro relatou algo que já tínhamos constatado. Mas, indo até lá e ouvindo as pessoas que estão aprisionadas, nós verificamos que a situação é exatamente por causa desse diagnóstico de que muitos de nós já temos conhecimento.

Não existe delegacia nos Municípios. As delegacias regionais, quando não funcionam de forma precária, estão superlotadas. Em grande parte esses presos



que poderiam estar provisoriamente no Município onde cometeram o crime ou numa regional são transferidos para a Capital. Isso sobrecarrega o sistema, e, por consequência, há as rebeliões com que nós passamos a conviver nestes últimos anos. Então, relatório recente, que foi divulgado inclusive pela imprensa, mostra que hoje existem 600 e poucos mil presos nas penitenciárias do Brasil. Para esses 600 e poucos mil seria preciso haver mais 230 mil vagas, ou seja, há 230 mil vagas a menos. E 39% são presos provisórios, sem decisão judicial. Então, o sistema como um todo é que hoje nós podemos considerar falido, e precisa de trabalhos como esse que vai ser produzido por esta CPI, e da atuação nossa, de várias entidades que estão aqui, do Poder Público e da sociedade civil, para que também possamos avançar no Estado.

Eu quero, mais uma vez, em nome da Assembleia Legislativa, agradecer à CPI a vinda e também a parceria feita com esta Casa, com a Comissão de Direitos Humanos. A Assembleia Legislativa do Maranhão continua à disposição de V.Exas.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Zé Inácio, pela compreensão e pela acolhida da nossa Comissão aqui.

E, dando continuidade, eu vou passar a palavra aos Deputados Federais. Só quero comunicar que nós teremos ainda uma reunião fechada com um grupo determinado.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, para marcar este momento histórico, eu vou falar muito pouco, mas faço questão de me manifestar. Ao voltar a São Luís, percebo que a especulação imobiliária cria uma paisagem nova que às vezes emociona o próprio povo. Nós gostamos de falar dos novos prédios e monumentos, mas é claro que isso traz um caos também no trânsito.

É uma emoção rever esta cidade tão bonita, que enfrenta problemas, mas que tem um povo disposto a construir soluções para eles. E essa demonstração de vontade de fazer com que a cidade, que é bonita por natureza, seja socialmente mais justa está demonstrada aqui na recepção que a Comissão teve, na visita



proposta pela Deputada Eliziane Gama, das mais diversas autoridades e instituições.

Eu sinto uma falta, e faço questão de dizer que essa falta é um prejuízo para a CPI, a falta do Poder Judiciário. A Defensoria Pública, ao expor aqui as suas carências, não só teve a oportunidade de mostrar o que faz, mas ao mesmo tempo pôde dizer que precisa de pelo menos mais 300 defensores para cumprir o que está previsto na Emenda Constitucional nº 80, de 2014, não é isso? E no nosso relatório vai constar isso, o que no mínimo servirá como instrumento de pressão para que o Governador, que está aí há poucos meses, planeje ao longo de seu mandato concursos públicos para aumentar o contingente de defensores.

Eu queria ouvir do Poder Judiciário as suas carências, porque sei que são dois os juízes envolvidos na execução penal. Sei que são insuficientes, mas era importante, digamos, tê-los aqui.

Mas eu vejo esta visita como algo muito positivo. Conversei com policiais e ouvi a opinião deles. O importante é que às vezes há uma certa descrença: *“Mais uma CPI! Mais uma visita!”* Mas eu tenho certeza de que se uma CPI não tem o poder de execução, porque nós somos Parlamentares, ela tem o poder de determinação de políticas e de pressão para que os Poderes Executivos possam cumprir o seu papel.

Ora, de 51 presos que foram anotados e que demandaram soltura por já terem cumprido pena, nós recebemos da parte da Defensoria, poucas horas depois, já um relatório com o nome de cada um. E aí, meu Vice-Presidente, veja o que se lê aqui: Bruno, 5 anos e tantos meses; 3 anos, regime semiaberto. Ou seja, muitos são apenados por crimes leves, mas estão lá. As pessoas que já conhecem o sistema dizem: *“Olhe, isso aqui é do Bonde dos 40”*. Ou seja, já estão incluídos porque se tornam laranjas, e aí não tem mais volta. Então, todo o mundo fala nessa universidade do crime, mas continua perpetrando os atos que possibilitarão esse estágio.

Eu vou concluir dizendo à D. Conceição que a demonstração de amor que ela dá ao filho é resistir, não se entregar, não adoecer, não entrar em depressão, procurar as instituições que vão ajudar.



E por fim, eu faço questão de dizer que recebi, embora não seja oficial ainda, o Relatório de Inspeção Regional de Manicômios Judiciários, Hospital de Custódia, Alas de Tratamento Psiquiátrico e Similares. Trata-se de um problema que, a meu ver, tem de ser avaliado. E nesse relatório do Hospital Nina Rodrigues chamou-me atenção o fato de o hospital ser para homens apenas, e ter 20 vagas, mas estar com 82 presos, sendo 76 homens e 6 mulheres, muitos dos quais com laudo de saúde, digamos, já de controle do transtorno. São pessoas que cometeram um crime em momento de transtorno mental e por isso estão em tratamento. Então, isso é um problema. O Hospital Nina Rodrigues é para homens, e tem 20 vagas, mas se ele está com 82 internos e mulheres, isso sinaliza que há de se agir para liberar quem efetivamente tem condições de conviver na sociedade sem colocar em risco outros cidadãos, sem que isso redunde em novas vítimas.

Eu quero parabenizar a sociedade maranhense, parabenizar a nossa CPI e a Deputada Eliziane Gama, e espero que o nosso relatório possa contribuir para ajudar vocês. O que vocês vieram fazer aqui? Diagnosticar. E o relatório vai apontar uma política nacional. Uma coisa também é certa: o Maranhão entrou nas manchetes mundiais e nacionais com os problemas de Pedrinhas e outros, e hoje está incorporado à preocupação nacional. Então, o problema deixa de ser só do Maranhão para ser um problema do País, para que a solução para o sistema penitenciário do País possa ser apontada.

Concluo dizendo que espero muito que esse termo de compromisso assinado ontem com o Conselho Nacional de Justiça, o Governo do Estado e outros órgãos possa ser eficaz. Eu fiquei bastante impressionado com o grau de detalhamento e a responsabilidade das várias instituições. Às vezes a gente fica descrente, porque já houve um TAC num momento de crise, aqui, que não foi totalmente viabilizado. Mas este é um momento novo. Também não quero trabalhar aqui as culpas do passado, mas há um governante novo, que vai responder pelos seus atos como Governador. Eu senti que há no mínimo vontade de mudar, e espero que as mudanças se deem nos mais diversos níveis. Uma das perguntas que eu fiz foi: *“E o trabalho para eles? E a formação técnica?”* Para essas coisas existem respostas. Agora espero que elas se constituam em políticas públicas concretas, e que nós possamos, daqui a 1 ano



pelo menos, aceitar o convite do Governador e comprovar que as mudanças são reais.

Boa sorte a todos os maranhenses. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Quero também convidar para usar da palavra a autora do requerimento que nos possibilitou estar aqui, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu só quero cumprimentar V.Exa. e os Parlamentares, pois acho que nós tivemos um dia muito produtivo. As informações são importantes. Inclusive, Sr. Presidente, eu recebo aqui uma nota dos amigos e familiares de presos sobre a situação do sistema carcerário no Estado do Maranhão, que vem também com informações. E eu acho que a reunião fechada que nós vamos fazer agora vai nos ajudar com informações aprofundadas. Nós estamos com o Juiz de Execução Penal aqui, o Dr. Fernando, que também vai conversar conosco nessa reunião fechada. Acho que isso vai nos ajudar muito com informações precisas no relatório.

Parabéns a V.Exa., aos demais Parlamentares e aos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

Para finalizar a reunião, concedo a palavra ao meu Vice-Presidente, Deputado Laudívio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDÍVIO CARVALHO - Sr. Presidente, Deputada Eliziane Gama, a quem parabeno pela iniciativa de promover este encontro, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputados Estaduais aqui presentes, representantes do Ministério Público, do Judiciário, da Defensoria Pública, da OAB e de outras entidades, além de familiares, eu sempre disse, na minha vida como jornalista, como apresentador de rádio e televisão em Minas, que toda história tem duas versões e uma verdade. Nós estamos percorrendo as principais capitais brasileiras, procurando a verdade do sistema carcerário. Não pode ser diferente. Assistir apenas pela televisão e tomar conhecimento pela imprensa são atitudes muito pequenas, diante de uma realidade tão grande.

Já visitamos outros Estados, e a realidade de São Luís veio mostrar-nos mais uma vez que o sistema prisional precisa ser revisto, que o sistema carcerário



brasileiro precisa de socorro. Nós hoje vimos a realidade de uma Capital tão importante como São Luís do Maranhão.

Eu dizia ainda há pouco ao Presidente da nossa CPI da importância deste encontro de hoje, que ainda acontece nesta Casa, para que possamos oferecer um relatório, para que possamos oferecer às autoridades competentes um diagnóstico, um raio-x de tudo que acabamos encontrando pelas outras capitais e por cidades grandes de todo o Brasil.

Quero dizer da nossa responsabilidade e da nossa vontade em fazer o melhor. Ninguém aqui quer descumprir lei, muito antes pelo contrário. Nós estivemos em uma penitenciária onde defensores públicos nos acompanharam e perceberam o que os jovens estão vivendo, o que as pessoas estão vivendo ali dentro. Nós percebemos também a angústia das famílias do lado de fora, assim como percebemos a angústia das famílias que foram vítimas daqueles que estão presos. Então, a CPI Carcerária hoje tem o papel principal de traçar um diagnóstico e denunciar em seu relatório aquilo que conseguirmos comprovar em nossas visitas.

Muito obrigado a cada um dos senhores, e nós nos colocamos à inteira disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Eu quero, antes de encerrar, agradecer aos Deputados Federais componentes da CPI pela dedicação a este trabalho, que nós sabemos que é duro e difícil, mas eu tenho certeza de que, com o apoio e a abnegação de cada um, nós vamos chegar ao resultado esperado pela sociedade.

Também agradeço aos Deputados Estaduais pela elegância de nos receber, de nos ajudar e de participar conosco das nossas visitas.

Quero agradecer aos defensores públicos, à Defensoria Pública, ao Ministério Público, à OAB e aos agentes penitenciários. Quero dizer aqui a César que nós temos muita esperança nas informações dos agentes penitenciários de todo o País, que são muito importantes e fazem parte desse processo. Nós sabemos que eles são pessoas fundamentais na luta que vamos travar depois do relatório.

Quero, portanto, agradecer mais uma vez a acolhida, e dizer que os senhores podem ter certeza de uma coisa: quando encerrarmos os trabalhos dos relatórios, nós vamos tratar da realidade. Eu sou de partido da Oposição, mas aqui há



Deputados de partidos do Governo. Nesta questão não pode haver posições partidárias. Nós temos de pensar na sociedade, no bem-estar do povo, naquele que errou e tem de cumprir a sua pena dignamente. É assim que nós vamos tratar o nosso relatório.

Deixo aqui, então, o meu muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)